

A QUEIMA DA PALHA DE CANA-DE- AÇÚCAR E SEUS EFEITOS À POPULAÇÃO: ANÁLISE JURÍDICA À LUZ DE PRINCÍPIOS AMBIENTAIS

Fernanda Teodoro da Silva, Fábio Ferreira Morong

Universidade Do Oeste Paulista–UNOESTE, curso de Direito, Presidente Prudente, SP. E-mail: fernanda.teodoro@outlook.com.

RESUMO

A queima da palha da cana-de-açúcar tem como consequência graves danos ao meio ambiente e à saúde da população. Assim, o presente artigo objetiva analisar os aspectos que envolvem o cultivo da cana-de-açúcar, a queima de sua palha e suas consequências ao meio ambiente e à saúde da população em geral à luz dos princípios ambientais da precaução, prevenção e desenvolvimento sustentável, com a finalidade de demonstrar alguns instrumentos jurídicos afim de promover a preservação do meio ambiente nessas áreas com menor incidência de gases poluentes na atmosfera, além de promover uma melhora na saúde da população dessa região. O método empregado foi o dedutivo legal, aplicando-se a interpretação legislativa, doutrinária e jurisprudencial. Conclui-se que o princípio do Desenvolvimento Sustentável é um instrumento capaz de proporcionar a preservação da natureza mantendo o desenvolvimento econômico num parâmetro considerável, tal como a eliminação gradativa da queima da palha da cana-de-açúcar.

Palavras chaves: meio ambiente, queima de palha de cana-de açúcar, poluição, saúde, princípios ambientais.

THE SUGARCANE STRAW BURNING AND ITS EFFECTS ON POPULATION: LEGAL ANALYSIS BASED ON THE ENVIRONMENTAL PRINCIPLES

ABSTRACT

The straw burning of sugarcane results in severe damage to health the environment and health. Thus, this article aims to analyze the aspects that involve the cultivation of sugarcane, the burning of straw and its consequences to the environment and health of the general population in the based of the environmental principles of precaution, prevention and sustainable development in order to demonstrate some legal instruments in order to promote environmental conservation in those areas with lower incidence of greenhouse gases in the atmosphere, in addition to promoting an improvement in the health of the population of this region. The method used was the legal deductive, applying the legislative interpretation, doctrine and jurisprudence. It concludes that the principle of sustainable development is a tool capable of providing the preservation of nature while maintaining economic development in a broad parameter, such as the gradual elimination of sugarcane straw burning.

Keywords: environment, sugarcane straw burning, pollution, health, environmental principles.

INTRODUÇÃO

Os assuntos relativos ao meio ambiente são cada vez mais destaques nos debates sociais, políticos e jurídico, tendo em vista que a maioria dos danos ambientais são consequências das ações humanas. Esse impacto negativo ao planeta está cada vez mais sensível, como pode-se perceber através das mudanças climáticas, das várias ocorrências de catástrofes ambientais, entre outras circunstâncias.

O fato é que todas as ações humanas de alguma maneira irão gerar um impacto ao planeta, porém, algumas atividades são consideradas poluidoras e essas são submetidas ao processo de Licenciamento Ambiental, que serve como instrumento de dosagem desse impacto.

Por sua vez, existem também princípios ambientais e dispositivos legais que visam a proteção do meio ambiente e que pretendem de alguma forma impor a substituição de práticas poluidoras por aquelas que são mais brandas, como por exemplo, as referências que tratam da eliminação gradativa da queima da palha da cana-de-açúcar no território brasileiro. Tal fato justifica-se porque é uma atividade altamente poluidora por conta das consequências da queima da palha de cana-de-açúcar, como por exemplo os gases tóxicos que são lançados na atmosfera, ademais de suas consequências que vão além da região em que se encontram.

É indubitável a notável importância econômica das empresas privadas que promovem o cultivo e exploração da cana-de-açúcar e utilizam a técnica da queima de sua palha, em especial as indústrias álcool açucareiras, seja a nível nacional, estadual e principalmente local, visto que muitas delas estão localizadas em cidades de pequeno porte, onde grande parte da população regional e local tem tais empreendimentos como principal fonte de renda e sustento familiar.

Contudo, pretende-se com o estudo em tela analisar os aspectos que envolvem o cultivo da cana-de-açúcar, a queima de sua palha e suas consequências ao meio ambiente e à saúde da população em geral, buscando demonstrar os instrumentos jurídicos capazes de proporcionar a preservação do meio ambiente, com uma menor incidência de gases poluentes na atmosfera, deixando de privar a saúde das pessoas que convivem diretamente com as consequências da queima da palha de cana-de-açúcar.

METODOLOGIA

O presente estudo seguirá os métodos dialético-dedutivo, com emprego de pesquisa à legislação, doutrina e jurisprudência acerca da matéria objeto da investigação.

A QUEIMA DA PALHA DA CANA DE AÇÚCAR E SUAS CONSEQUÊNCIAS SANITÁRIAS E AMBIENTAIS

Talden Farias (2009) conceitua meio ambiente diferenciando-o do que a maioria das pessoas acham daquilo que é definido legalmente. Para muitos, meio ambiente está ligado somente à natureza, não levando em conta que os seres humanos e tudo aquilo que o cerca também faz parte disso. Assim, segundo Farias (2009, p. 03), "meio ambiente é o lugar onde se manifesta a vida, seja a vida humana ou de qualquer outro tipo, e também todos os elementos que fazem parte dela".

Já do ponto de vista legal, meio ambiente é "o conjunto de condições, leis, influências e interações de ordem física, química e biológica, que permite, abriga e rege a vida em todas as suas formas", nos termos da Lei Federal nº 6.938/1981, que institui a Política Nacional do Meio Ambiente.

Ou seja, pode-se entender como meio ambiente tudo aquilo que está inserido em um espaço e que sofre diretamente com as ações dos seres vivos nele presente.

Pois bem, uma dessas ações é exatamente a queima da palha da cana-de-açúcar, que tem como sua consequência a eliminação de gases poluentes na atmosfera. Ou seja, a queima da palha da cana-de-açúcar expõe o meio ambiente a gases tóxicos que são expelidos durante as queimadas, e que pode estar ligado diretamente ao aparecimento de doenças respiratórias em pessoas que vivem próximas a essa área.

De igual maneira, pode estar relacionada às mudanças climáticas do planeta, conforme observa-se em estudos realizados em cidades do interior paulista e nos E.U.A, que mostram que há um aumento da incidência de doenças respiratórias em áreas onde ocorre a queima.

Sob o ponto de vista geral, Machado (2014, p.629) destaca que:

Há muitos anos, as populações das regiões canavieiras de todo o Brasil vêm sendo afetadas pelos efeitos maléficos das queimadas da palha da cana de açúcar. Somente com o advento da ação civil pública é que o Poder Judiciário começou a responder com a prestação jurisdicional necessária. É de ser salientado que os organismos ambientais públicos têm ficado inertes diante dessa agressão poluidora, o que, contudo, não inibe o Poder Judiciário, desde que devidamente provocado, a cumprir o seu papel de assegurar o direito constitucional à sadia qualidade de vida (art. 225 da CF).

No mesmo sentido do estudo acima mencionado, Ribeiro (2008, p. 372) explana um estudo elaborado nos E.U.A sobre os índices de gases poluentes liberados pela queima da palha de cana de açúcar:

Nos Estados Unidos, em 1975, a EPA analisou emissões da queima da cana em experimento com cana inteira e só palha em torre de incineração. Foram determinadas as emissões de material particulado, monóxido de carbono,

hidrocarbonetos, benzopireno (BaP) e metais traço: berilo, cádmio, cromo, cobre e níquel. Verificou-se que 90% das partículas tinham menos que 0,5 µm de diâmetro. Os fatores de emissão encontrados, com nível de confiança de 99%, foram: material particulado 4,1-6,5 libras por tonelada; monóxido de carbono 47,7-71,2 libras por tonelada; hidrocarbonetos 2,3-14 libras por tonelada (Darley&Lerman, 1975). As partículas menores que 10 µm (PM10), o monóxido de carbono e os hidrocarbonetos apresentam efeitos negativos na saúde.

Nota-se que toda a população que vive próxima a uma região onde existe a queima da palha de cana-de-açúcar, de uma maneira geral, tendo em vista que a contaminação não possui fronteiras, está gravemente afetada, uma vez que as presenças de poluentes do ar decorrente da referida queima surtem efeitos graves e nocivos à saúde população local e regional.

DA ILEGALIDADE DA QUEIMA DA PALHA DE CANA-DE-AÇÚCAR À LUZ DOS PRINCÍPIOS DA PRECAUÇÃO E DA PREVENÇÃO

Além dos manifestos e evidentes males causados pelas queimadas à saúde e ao patrimônio das pessoas, bem como ao meio ambiente, a ilegalidade da queima de palha de cana-de-açúcar já é reconhecida também por se tratar de atividade vedada, como regra, pela legislação federal (artigo 38 do Código Florestal), justamente em virtude dos danos que provoca ao meio ambiente.

Sobre a ilegalidade em questão, Machado (2014, p. 630) pondera:

A ilegalidade decorre da própria conceituação de poluição contida Lei 6.938/1981, art. 3º, III, e alíneas. Destarte, acreditamos que nenhuma autoridade pública teve o despudor de outorgar autorização e/ou licenças para essas queimadas. E as tais autorizações tiverem sido emitidas, nulas serão de pleno direito, pela sua manifesta ilegalidade. Constata-se um tempo de omissão e de insensibilidade quanto a essa ação poluidora do ar, que merece ser corrigida por uma eficaz e pronta interdição administrativa e judiciária.

Observa-se, por conseguinte, que a ilegalidade emana diretamente de texto legislativo, sendo corroborada pela doutrina e jurisprudência.

Os instrumentos de tutela ambiental - extrajudicial e judicial - são orientados por seus princípios basilares, dentre os quais podemos citar o Princípio da Precaução, da Prevenção e do Desenvolvimento Sustentável, que possuem aplicação em todas as áreas de interpretação em questões ambientais.

Machado (2014, p.629), ensina que:

Aplica-se, na matéria atinente à poluição atmosférica, o princípio da “precaução”, já esposado pelo Brasil nos acordos internacionais da Convenção

de Viena e no Protocolo de Montreal. Se dúvida ponderável houver, da potencialidade dos danos das queimadas referidas, não se devem procrastinar as medidas de prevenção (para espantar as dúvidas estão os levantamentos efetuados pelos professores do Departamento de Medicina Social da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto, da Universidade de São Paulo e os estudos do INPE- Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais sob a coordenação de E.V.A Marinho e V.W.J.H Kirchhoff).

De outro lado, segundo Milaré (2004), o princípio da prevenção que está previsto de forma implícita no artigo 225 da Constituição Federal de 1988, é caracterizado por impor o dever de prever os possíveis danos ambientais derivados de atividade que envolva o meio ambiente, ao passo que, devem ser determinados mecanismos que atuem para evitar ou reduzir qualquer dano ao meio ambiente.

Assim, mesmo que não exista uma lei que proíba expressamente a queima da palha da cana-de-açúcar, é possível apontar sua ilegalidade através dos princípios da precaução e da prevenção nos termos de seus próprios conceitos.

A jurisprudência brasileira também vem manifestando um avanço no que tange ao reconhecimento da ilegalidade da queima da palha de cana-de-açúcar, em razão dos danos causados ao meio ambiente.

É o que se constata junto à Segunda Turma do Superior Tribunal de Justiça (BRASIL, Superior Tribunal de Justiça, 2009), ao reconhecer a ilegalidade da queima de palha de cana-de-açúcar, por se tratar de atividade vedada, como regra, pela legislação federal, em virtude dos danos que provoca ao meio ambiente, mencionando tal prática ser incompatível com a Constituição da República em seus artigos 225, 170, VI, e 186, II.

Nota-se, portanto, que a situação em estudo já vem sendo abordada pela legislação, doutrina e jurisprudência, levando em consideração a gravidade pelos danos causados ao meio ambiente e à população em geral.

DA OBSERVÂNCIA AO PRINCÍPIO DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL COMO ASPECTO DE MELHORIA

Já foi demonstrado o quão nociva essa prática é ao meio ambiente e aos seres humanos. Por isso, constata-se a necessidade da substituição da prática da queima da palha de cana-de-açúcar com a finalidade de promover o desenvolvimento sustentável.

Em realidade, o poder econômico exerce uma ação extremamente forte na construção das políticas ambientais, principalmente em concordância com a noção de desenvolvimento

sustentável que teve seu conceito apresentado no relatório *Brundtland*, prega que podemos preservar a natureza mantendo o desenvolvimento econômico num patamar "aceitável", uma forma de convivência entre o capital e a necessidade de preservação dos recursos naturais (OLIVEIRA SILVA, 2010).

À luz desse princípio, é possível escolher instrumentos e tecnologias que podem substituir essa prática da queima, sem inviabilizar a atividade econômica. Ademais, a autoridade ambiental pode expedir autorizações -específicas, excepcionais, individualizadas e por prazo certo – para uso de fogo, nos termos legais, sem a perda da exigência de elaboração, às expensas dos empreendedores, de Estudo Prévio de Impacto Ambiental, na hipótese de prática massificada, e do dever de reparar eventuais danos (patrimoniais e morais, individuais e coletivos) causados às pessoas e ao meio ambiente, com base no princípio poluidor-pagador (Brasil, Superior Tribunal de Justiça, 2009).

Além disso, está também incumbido ao Poder Público estabelecer o estudo prévio de impacto ambiental para a prática de atividades potencialmente poluidoras. É dever do Governo Federal estabelecer uma Política Nacional de Manejo e Controle de Queimadas, Prevenção e Combate aos incêndios, como explica Amado (2013, p. 350):

A Política Nacional de Manejo e Controle de Queimadas, Prevenção e Combate aos Incêndios Florestais deverá prever instrumentos para a análise dos impactos das queimadas sobre mudanças climáticas e mudanças no uso da terra, conservação dos ecossistemas, saúde pública e fauna, para subsidiar planos estratégicos de prevenção de incêndios florestais, bem como observar cenários de mudanças climáticas e potenciais aumentos de risco de ocorrência de incêndios florestais. Isso porque a utilização do fogo é extremamente lesiva aos recursos florestais, assim como ao equilíbrio ambiental como um todo, gerando um prejuízo ao solo, às águas, à fauna e ao ar, especialmente no que concerne a majoração dos gases que causam o efeito estufa.

Portando, entende-se que é de estrita responsabilidade das empresas privadas (a exemplo das indústrias álcool açucareiras) encontrarem alternativas mais brandas no que se refere à poluição do meio ambiente, visando dessa forma a proteção ambiental e o desenvolvimento sustentável, sem prejuízo da atuação do Poder Público no que tange ao dever proteger o meio ambiente e à saúde da população afetada.

CONCLUSÃO

O presente artigo objetivou analisar os aspectos que envolvem o cultivo da cana-de-açúcar, a queima de sua palha e suas consequências ao meio ambiente e à saúde da população em geral.

Constatou-se que a prática da queima da palha da cana-de-açúcar pode ser considerada ilegal à luz dos Princípios da Precaução e da Prevenção, visto que é uma atividade considerada altamente poluidora e nociva ao meio ambiente e à saúde humana.

Verifica-se que a observância e respeito ao princípio do Desenvolvimento Sustentável proporcionam a implementação de algumas medidas que podem alcançar um progresso em relação a situação discutida. Ou seja, por um lado, as empresas privadas responsáveis pelo cultivo e exploração econômica da cana-de-açúcar que utilizam o método da queima de sua palha, devem ser responsáveis por encontrarem alternativas mais amenas no que se refere à poluição do meio ambiente, visando dessa forma a proteção ambiental, o cumprimento da legislação e o respeito à saúde da população em geral.

De outro lado, o Poder Público deve cumprir suas responsabilidades ambientais previstas na Constituição Federal Brasileira e demais legislações específicas, a fim de tomar medidas eficazes no sentido de proteger o meio ambiente e à saúde da população afetada.

Conclui-se que o princípio do Desenvolvimento Sustentável, como modelo de desenvolvimento econômico que busca conjugar a eficiência econômica, a justiça social e a proteção ambiental, é um instrumento capaz de proporcionar a preservação da natureza mantendo o desenvolvimento econômico num parâmetro considerável, de forma a permitir a convivência entre o interesse econômico e a necessidade de preservação do meio ambiente, tal como a eliminação gradativa da queima da palha da cana-de-açúcar.

REFERÊNCIAS

AMADO, F. A. D. T. **Direito Ambiental Esquematizado**, 4ª edição. São Paulo, Método, 2013.

BRASIL, Superior Tribunal de Justiça – Segunda Turma, AMBIENTAL. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. QUEIMA DE PALHA DA CANA-DE-AÇÚCAR. IMPOSSIBILIDADE. DANO AO MEIO AMBIENTE, 2006/0263624-3, Recorrente: Ministério Público, Recorrido: Neide Motta Ayusso, Relator: Ministro Herman Benjamin, Brasília, 20 de Agosto de 2009, JusBrasil. Disponível em: <http://stj.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/19111135/recurso-especial-resp-965078-sp-2006-0263624-3>. Acesso em 10 de Agosto de 2015.

FARIAS, T. **Introdução ao direito ambiental**. Belo Horizonte, Del Rey, 2009.

MILARÉ, E. **Direito do Ambiente**, 3ª edição, Revista dos Tribunais, São Paulo, 2004.

OLIVEIRA SILVA, J. I. A. **A "institucionalização" da questão ambiental**. In FARIAS, Talden; NÓBREGA COUTINHO, Francisco Seráfico da. (Coord). **Direito ambiental: o meio ambiente e os desafios da contemporaneidade**, Belo Horizonte, Editora Fórum, 2010, pp. 87-113.

RIBEIRO, H. **Queimadas de cana-de-açúcar no Brasil: efeitos à saúde respiratória.** *Rev. Saúde Pública*, São Paulo, v. 42, n. 2, p. 370-376, Apr. 2008. <http://dx.doi.org/10.1590/S0034-89102008005000009>